

**ESTRUTURA REGIMENTAL DO INSTITUTO BRASILEIRO DO
PATRIMÔNIO CULTURAL - IBPC**

**CAPÍTULO I
DA NATUREZA, SEDE E FINALIDADE**

Art. 1º O Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural - IBPC, autarquia federal constituída pelo Decreto nº 99.492, de 3 de setembro de 1990, com base na Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, vincula-se à Secretaria da Cultura da Presidência da República - SEC/PR.

Parágrafo Único. O IBPC, com sedé e foro em Brasília, Distrito Federal, terá duração indeterminada e gozará de autonomia técnica, administrativa e financeira.

Art. 2º O IBPC tem por finalidade promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, nos termos da Constituição e, especialmente:

I - formular e coordenar a execução da política de preservação, promoção e proteção do patrimônio cultural, em consonância com as diretrizes da SEC/PR;

II - formular e promover programas de cooperação técnica e aperfeiçoamento de recursos humanos voltados para a conservação e preservação do patrimônio cultural;

III - desenvolver estudos e pesquisas, visando à geração e incorporação de metodologias, normas e procedimentos para a conservação e preservação do patrimônio cultural;

IV - promover a identificação, o inventário, a documentação, o registro, a difusão, a vigilância, o tombamento, a desapropriação, a conservação, a restauração, a devolução, o uso e a revitalização do patrimônio cultural;

V - exercer as competências estabelecidas no Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, no Decreto-lei nº 3.866, de 29 de novembro de 1941, na Lei nº 4.845, de 19 de novembro de 1965, e na Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961.

**CAPÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO, COMPETÊNCIA E ATRIBUIÇÕES**

**Seção I
Da Estrutura Básica**

Art. 3º O IBPC tem a seguinte estrutura regimental:

I - Órgão Colegiado: Diretoria

II - Órgão de Assistência Direta e Imediata ao Presidente do Instituto: Gabinete;

III - Órgãos Seccionais:

a) Procuradoria Jurídica;

b) Departamento de Planejamento e Administração;

IV - Órgãos Singulares:

a) Departamento de Identificação e Documentação;

b) Departamento de Proteção;

c) Departamento de Promoção;

V - Unidades Descentralizadas: Coordenações Regionais.

Seção II
Da Diretoria

Art. 4º O IBPC será dirigido por uma Diretoria composta do Presidente, do Diretor do Departamento de Planejamento e Administração, do Diretor do Departamento de Identificação e Documentação, do Diretor do Departamento de Proteção e do Diretor do Departamento de Promoção, todos nomeados pelo Presidente da República.

§ 1º As reuniões da Diretoria serão ordinárias e extraordinárias, estando presentes, pelo menos, o Presidente e dois Diretores.

§ 2º A Diretoria deliberará por maioria de votos, cabendo ao Presidente, além do voto pessoal, o de qualidade.

Seção III

Das Competências das Unidades da Estrutura Básica

Art. 5º À Diretoria compete:

I - assessorar o Presidente da Autarquia na formulação de diretrizes e estratégias do IBPC;

II - deliberar sobre:

a) remuneração relativa a serviços, aluguéis, produtos, operações e ingressos;

b) questões propostas pelo Presidente ou pelos Diretores;

c) o Plano Anual ou Plurianual de Ação do IBPC e a proposta orçamentária;

d) o relatório anual e a prestação de contas do IBPC;

III - cumprir e fazer cumprir o Regimento Interno do IBPC;

IV - formular diretrizes programáticas relativas às atividades das Unidades Descentralizadas.

V - examinar, decidir e opinar, com base na legislação pertinente, sobre questões relacionadas ao tombamento, à proteção e à defesa dos bens culturais.

Art. 6º Ao Gabinete compete assistir ao Presidente em sua representação social e política e incumbir-se de preparo e despacho do seu expediente pessoal, bem assim das atividades de comunicação social e de relações públicas.

Art. 7º À Procuradoria Jurídica compete assessorar o Presidente e atender aos encargos de natureza jurídica do IBPC.

Art. 8º Ao Departamento de Planejamento e Administração compete coordenar a execução das atividades de planejamento, orçamento e finanças, de recursos humanos, serviços gerais, modernização administrativa e informática.

Art. 9º Ao Departamento de Identificação e Documentação compete:

I - estabelecer diretrizes, gerenciar programas e incentivar ações de prospecção, estudos e referenciamento, voltados para a identificação do patrimônio cultural objetivando o registro, a documentação e a proteção de bens culturais;

II - prestar orientação e assistência técnica aos órgãos descentralizados no âmbito de suas competências.

Art. 10. Ao Departamento de Proteção compete:

I - formular diretrizes, elaborar e coordenar programas e projetos nas áreas de conservação e proteção de bens de interesse cultural;

II - estabelecer critérios, métodos e procedimentos que orientem a abordagem de questões referentes à proteção e conservação dos bens móveis e imóveis, nos termos da legislação pertinente.

Art. 11. Ao Departamento de Promoção compete formular diretrizes, gerenciar programas, propor e implementar ações, visando à promoção, organização e circulação de informações do patrimônio cultural.

Art. 12. As Coordenações Regionais compete dirigir, coordenar, controlar e executar as ações de promoção e proteção do patrimônio cultural, no âmbito de suas áreas de atuação, em efetiva interação com os demais órgãos e entidades, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com representantes da sociedade civil e com a colaboração de entidades privadas, devendo, para tanto:

I - executar, por intermédio das prefeituras, ou diretamente, o controle e a fiscalização dos conjuntos e núcleos tombados;

II - elaborar e propor o tombamento de bens culturais;

III - exercer a fiscalização e a liberação de bens culturais;

IV - determinar o embargo de ações que contrariem a legislação em vigor;

V - executar diretamente a identificação, o cadastramento, o controle e a fiscalização do patrimônio arqueológico em sua área de atuação;

VI - contribuir para a formulação da política de preservação do patrimônio cultural, propor normas e procedimentos e desenvolver metodologias, refletindo a pluralidade e diversidade cultural brasileira.

CAPÍTULO III
DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Seção I
Do Presidente

Art. 13. Ao Presidente incumbem:

I - cumprir e fazer cumprir a Estrutura Regimental e o Regimento Interno;

II - representar o IBPC em juízo ou fora dele, com poderes para constituir mandatários;

III - praticar os atos relativos aos recursos humanos e à administração patrimonial e financeira;

IV - convocar e presidir as reuniões da Diretoria;

V - submeter à Diretoria as matérias que dependam da sua aprovação;

VI - baixar atos "ad referendum" da Diretoria nos casos de comprovada urgência;

VII - nomear os dirigentes do Gabinete, da Procuradoria Jurídica e das Unidades Descentralizadas;

VIII - assinar os atos de tombamento de bens culturais e submetê-los ao Secretário da Cultura para homologação;

IX - indicar o diretor que o substituirá nas suas faltas e impedimentos;

X - delegar atribuições, especificando a autoridade delegada e os limites da delegação.

Parágrafo único. Os convênios, contratos, acordos e ajustes que visem às atividades fins serão celebrados pelo Presidente do IBPC, após aprovação do Secretário da Cultura.

Seção II
Dos Diretores

Art. 14. Aos Diretores incumbem planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução das atribuições dos respectivos Departamentos e exercer outras incumbências que lhes forem cometidas pelo Presidente do IBPC.

CAPÍTULO IV
DO PATRIMÔNIO E DOS RECURSOS

Art. 15. Constitui o patrimônio do IBPC:

I - Os acervos das extintas Secretarias do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN e Fundação Nacional Pró-Memória - PRÓ-MEMÓRIA;

II - Os bens e direitos que adquirir.

Art. 16. Os recursos financeiros do IBPC são provenientes de:

I - receitas e dotações orçamentárias das extintas SPHAN e PRÓ-MEMÓRIA;

II - dotações orçamentárias consignadas no Orçamento da União;

III - rendas de qualquer natureza derivadas dos próprios serviços;

IV - receitas decorrentes de aplicação financeira;

V - outras receitas, inclusive doações.

Art. 17. O patrimônio e os recursos do IBPC serão utilizados, exclusivamente, na execução de suas finalidades.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 18. As contas do IBPC, após a apreciação pelo Secretário da Cultura, serão encaminhadas ao Tribunal de Contas da União.

Art. 19. As Coordenações Regionais, em suas áreas de atuação, cabe a administração dos bens considerados como integrantes do patrimônio histórico e artístico nacional.

Art. 20. Até a instituição do regime jurídico único a que se refere o art. 39 da Constituição, os servidores integrantes do quadro de pessoal do IBPC serão regidos pela Consolidação das Leis de Trabalho.

Art. 21. O ingresso no quadro de pessoal IBPC dependerá de aprovação prévia em concurso público de provas e de provas e títulos.

QUADRO/TABELA DE LOTACAO IDEAL									
1. ORGAO DA ENTIDADE : INST. BRAS. DO PATRIMONIO CULTURAL									
L O T A C A O									
12	13	14	15	16	17	18	19	20	21
DENOMINACAO	CODIGO	FIN	NETO	TOT.		11En 7	LOTACAO	10AL	
						24 09/98	CENT.		
CARREIRA									
AGENTE DE SERVICOS GERAIS			20	30	50		2		50
AUXILIAR ADMINISTRATIVO				4	4				4
AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS			6		6				6
AUXILIAR EM CONSERV. E RESTAURACAO			7				1		7

AUXILIAR EM DINAMICA EDUCATIVA	3	3	3	
AUXILIAR E PRESERV. ARQUITETONICA	4	4	4	
AUXILIAR EM PRESERV. DEF. AMBIENTAL	27	27	27	
AUXILIAR EM PROM. DIVULG. CULTURAL	14	14	14	
AUX. EM PROCESSAMENTO DO AGERV	8	8	8	
ENCARREGADO DE MANUTENCAO	14	14	14	
ENCARREGADO DE TURMA	128	128	128	
GUARDA	42	42	42	
MESTRE	12	12	12	
MOTORISTA	16	16	16	
OFICIAL	15	15	15	
RECEPCIONISTA TELEFONISTA	1	1	1	
VIGIA	5	5	5	
MEIO OFICIAL	4	4	4	
ARTIFICE MANUTENCAO	34	34	34	
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	68	68	68	
ASSISTENTE DE SECRETARIA	24	24	24	
ASSISTENTE TECNICO ADMINISTRATIVO	105	105	105	
ASSISTENTE EM PROCESSAMENTO AGERVO	14	14	14	
PROGRAMADOR	3	3	3	
SUPERVISOR DE VIGILANCIA	5	5	5	
RESTAURADOR	23	23	23	
ADVOGADO	5	5	5	
ANALISTA DE ADMINISTRACAO	39	39	39	
ANALISTA DE MATERIAL E PATRIMONIO	18	18	18	
ANALISTA DE G & M	2	2	2	
ANALISTA DE RECURSOS HUMANOS	17	17	17	
ANALISTA DE SISTEMA	3	3	3	
ANALISTA CONSULTOR	6	6	6	
ANALISTA ECONOMICO FINANCEIRO	39	39	39	
ASSISTENTE DE PESQUISA	4	4	4	
ASSISTENTE EM DINAMICA EDUCATIVA	4	4	4	
ASSISTENTE PRESERV. ARQUITETONICA	18	18	18	
ASSIST. PRESERV. E DEFESA AMBIENTAL	18	18	18	
ASSISTENTE EM PROGRAMACAO VISUAL	3	3	3	
ASSIST. PROMOCAO DIVULGACAO CULTURAL	14	14	14	
TEC. EM CONSERVACAO E RESTAURACAO	41	41	41	
TEC. EM PRESERVACAO ARQUITETONICA	111	111	111	
TEC. EM PROGRAMACAO VISUAL	8	8	8	
TECNICO EM PROM. DIVULG. CULTURAL	94	94	94	
TECNICO EM PESQUISA	60	60	60	
TECNICO CONSULTOR PP DIN. CULT	6	6	6	
TECNICO EM DINAMICA-EDUCATIVA	46	46	46	
TECNICO PRESERV. E DEFESA AMBIENTAL	8	8	8	
TECNICO EM PRESERVACAO ARQUEOLOGICA	6	6	6	
TEC. CONS. EN CONSER. E RESTAURACAO	1	1	1	
TEC. CONS. EN PRESERV. ARQUITETONICA	16	16	16	
TEC. CONS. PAIS. DEFESA AMBIENTAL	1	1	1	
TECNICO CONSULTOR EM PESQUISA	2	2	2	
TEC. EM PROCESSAMENTO DO AGERVO	122	122	122	
TOTAL GERAL	984	395	1.357	